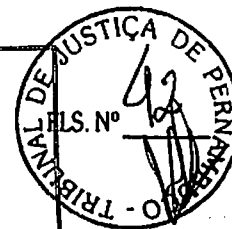




- PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GABINETE DESEMPARGADOR MAURO ALENCAR DE BARROS



Habeas Corpus nº:

203608-2

109

Comarca Origem:

São Lourenço da Mata – Criminal

Impetrante:

Roberto José de Lima Júnior

Paciente:

Jeoacaz Paes dos Santos

Relator:

Des. Mauro Alencar de Barros

Proc. de Justiça:

Nilton de Araújo Barbosa

Órgão Julgador:

2ª Câmara Criminal

PENAL E PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. REQUISITOS PARA PREVENTIVA. DECISÃO FUNDAMENTADA. ORDEM DENEGADA.

1. Atendidos os requisitos da preventiva, expressamente demonstrados na decisão que decreta a prisão preventiva, tal como a garantia da ordem pública, não há que se falar em constrangimento ilegal, por ausência de fundamentação.
2. Jurisprudência do STJ no sentido de que o fato de o paciente ser primário, ter endereço certo e profissão definida não impede, por si só, a decretação da preventiva se presentes os seus requisitos.
3. Ordem denegada. Decisão Unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de *habeas corpus* nº 203608-2, da Comarca de São Lourenço da Mata, em que figura, como impetrante, o advogado Roberto José de Lima Júnior e, como paciente, **Jeoacaz Paes dos Santos**, acordam os Desembargadores componentes da Segunda Câmara Criminal do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, **por unanimidade** de votos, em denegar a ordem do presente *habeas corpus*, tudo consoante consta do relatório e voto anexos, que passam a fazer parte do julgado.

Recife, 22 de dezembro de 2009.

Des. Mauro Alencar de Barros

Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros



110

Habeas Corpus nº: 203608-2
Comarca Origem: São Lourenço da Mata -- Criminal
Impetrante: Roberto José de Lima Júnior
Paciente: Jeoacaz Paes dos Santos
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Proc. de Justiça: Nilton de Araújo Barbosa
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

RELATÓRIO

Trata-se de pedido de ordem de *habeas corpus* liberatório subscrito por Roberto José de Lima Júnior, em favor do paciente **Jeoacaz Paes dos Santos**, no qual é apontado como autoridade coatora o Exmo. Juiz de Direito da Vara Criminal da Comarca de São Lourenço da Mata, objetivando a concessão de liberdade provisória com a consequente expedição de alvará de soltura.

Alega estar sofrendo constrangimento ilegal, consubstanciado na ausência dos requisitos para a decretação da prisão cautelar, porque ausentes os requisitos legais.

Por fim, aduz ser o réu primário, possuir endereço fixo e profissão definida.

Pedido de liminar indeferido (fls. 22/23).

Informações da autoridade dita coatora acostadas às fls. 31/32.

M



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros



111

A Procuradoria de Justiça, através do Parecer acostado às fls. 37/38, opinou pela denegação da ordem.

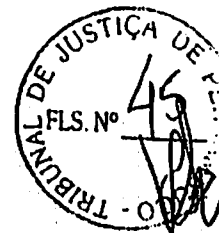
É o relatório.

Recife, 22 de dezembro de 2009.

Des. Mauro Alencar de Barros
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros



112

Habeas Corpus nº: 203608-2
Comarca Origem: São Lourenço da Mata – Criminal
Impetrante: Roberto José de Lima Júnior
Paciente: Jeoacaz Paes dos Santos
Relator: Des. Mauro Alencar de Barros
Proc. de Justiça: Nilton de Araújo Barbosa
Órgão Julgador: 2ª Câmara Criminal

VOTO DO RELATOR

Da análise dos autos infere-se que o paciente foi denunciado pela prática do crime inserto no art. 33, caput da Lei 11.343/06, por estar portando em via pública uma sacola plástica contendo 118,58g de *cannabis sativa linné*, conhecida como maconha.

Preso em flagrante, a autoridade coatora indeferiu o pleito de concessão de liberdade provisória.

Diferentemente do que sustenta o impetrante não vislumbro a ocorrência do alegado constrangimento ilegal.

Isto porque conforme assentado pelo magistrado *a quo* quando apreciou o pleito de liberdade provisória, a segregação do paciente se faz necessária a fim de garantir a ordem pública, ante os indícios de que o paciente possui ligação criminosa com seu irmão que já responde a outros processos naquela comarca.

mp



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete Des. Mauro Alencar de Barros



113

Assim, atendidos os requisitos da preventiva, devidamente apontados pela autoridade coatora na decisão que indeferiu o pleito de liberdade provisória do paciente, não há que se falar em constrangimento ilegal a ensejar a concessão da Ordem.

Ressalte-se, por fim, que o fato de ser o paciente primário, possuir endereço certo e profissão definida não impede, por si só, a custódia cautelar, se presentes os seus requisitos. É uníssona a jurisprudência de nossos Tribunais Superiores nesse sentido. Senão vejamos o seguinte aresto do STJ:

"As condições pessoais favoráveis do recorrente - primariedade, bons antecedentes, residência fixa e atividade lícita - não são garantidoras de eventual direito de liberdade quando outros elementos constantes nos autos recomendam a sua custódia cautelar. Precedentes". (STJ, RHC 16998 / MG, 5ª Turma, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, DJ de 11.04.2005, p. 334)

Assim sendo, **voto pela denegação da ordem.**

Recife, 22 de dezembro de 2009.

Des. Mauro Alencar de Barros
Relator